

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-469846712>

MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS EM ENUNCIADOS DO JORNAL O POPULAR

Eduardo Santos, Miriam Alves, Lívia Reis

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6298>

Submetido em: 2023-06-21

Postado em: 2023-06-26 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Maria Luiza Sússekind (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7296-615X>)

ARTIGO

MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS EM ENUNCIADOS DO JORNAL O POPULAR

EDUARDO JUNIO FERREIRA SANTOS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9126-8322>
<eduardo.santos@ifg.edu.br>

MIRIAM FÁBIA ALVES²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7742-0009>
<miriamfabia@ufg.br>

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3341-8951>
<livia.reis@ifg.edu.br>

¹ Instituto Federal de Goiás. Anápolis, Goiás (GO), Brasil.

² Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás (GO), Brasil.

³ Instituto Federal de Goiás. Goiânia, Goiás (GO), Brasil.

RESUMO: Partindo da problematização de enunciados que versam sobre a chancela da população goiana à militarização de escolas públicas da rede estadual, o estudo seleciona e categoriza textos publicados entre 2015 e 2018 no periódico goiano O Popular sobre a temática “escola militar”. A partir de chaves teóricas apresentadas por Bourdieu (2008; 1987), ele descreve e analisa os posicionamentos que ali emergem acerca do processo de militarização das escolas da rede pública estadual de Goiás. Para isso, utiliza-se o conceito de enunciados, em Bakhtin (1997), como elemento que compõe o discurso da opinião pública, cujas características tangem o senso comum sobre a educação e a política de militarização. Em seguida, busca-se compreender como tais posicionamentos são engendrados e articulados enquanto alicerces de uma suposta “opinião pública”. Assim, além do “olhar sociológico” prescrito por Bourdieu, o estudo utiliza chaves teóricas formuladas por Marx e Engels. Para discorrer sobre dinâmicas próprias do ambiente escolar, ele lança mão de Carvalho (2013) e Aquino (2014). Ao longo do texto apresentam-se possibilidades de compreensão das bases socioculturais que dinamizam os posicionamentos que a “opinião pública” manifesta. Ademais, o estudo possibilitou descrever o lugar social em que se operam os discursos que defendem a militarização da educação em Goiás.

Palavras-chave: Educação. Educação militarizada. Opinião pública. Sociologia. Cultura.

MILITARIZATION OF EDUCATION AND PUBLIC OPINION: SOCIOLOGICAL REFLECTIONS ON STATEMENTS FROM THE NEWSPAPER O POPULAR

ABSTRACT: From the problematization of statements about the endorsement of the Goiás population to the militarization of public schools in the state network, the study selects and categorizes texts published between 2015 and 2018 in the Goiás newspaper "O Popular" on the theme "military school." From theoretical keys presented by Bourdieu (2008; 1987), it describes and analyzes the positions that emerge there about the militarization process of the schools of the state public network of Goiás. For this, we use the utterance concept in Bakhtin (1997) as an element that makes up the discourse of public opinion, whose characteristics touch on common sense about education and militarization policy. Next, we seek to understand how these positions are engendered and articulated as foundations of a supposed

"public opinion." Thus, besides the "sociological vision" prescribed by Bourdieu, the study uses theoretical keys formulated by Marx and Engels. It uses Carvalho (2013) and Aquino (2014) to discuss the dynamics of the school environment. Throughout the text, we present possibilities for understanding the sociocultural bases that energize the positions that "public opinion" manifests. Moreover, the study made it possible to describe the social place in which the discourses that defend the militarization of education in Goiás operate.

Keywords: Education. Militarized education. Public opinion. Sociology. Culture.

MILITARIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN Y OPINIÓN PÚBLICA: REFLEXIONES SOCIOLÓGICAS SOBRE DECLARACIONES DEL PERIÓDICO O POPULAR

RESUMEN: Partiendo de la problematización de enunciados que versan sobre la aprobación de la población goiana a la militarización de escuelas públicas de la red estatal, el estudio selecciona y categoriza textos publicados entre 2015 y 2018 en el periódico goiano O Popular sobre la temática "escuela militar". A partir de claves teóricas presentadas por Bourdieu (2008; 1987), describe y analiza los posicionamientos que emergen acerca del proceso de militarización de las escuelas de la red pública estatal de Goiás. Para ello, se utiliza el concepto de enunciados, en Bakhtin (1997), como elemento que compone el discurso de la opinión pública, cuyas características se refieren al sentido común sobre la educación y la política de militarización. A continuación, se busca comprender cómo tales posicionamientos son engendrados y articulados como fundamentos de una supuesta "opinión pública". Así, además del "mirada sociológica" prescrita por Bourdieu, el estudio utiliza claves teóricas formuladas por Marx y Engels. Para hablar sobre dinámicas propias del ambiente escolar, se recurre a Carvalho (2013) y Aquino (2014). A lo largo del texto se presentan posibilidades de comprensión de las bases socioculturales que dinamizan los posicionamientos que la "opinión pública" manifiesta. Además, el estudio permitió describir el lugar social en que operan los discursos que defienden la militarización de la educación en Goiás.

Palabras clave: Educación. Educación militarizada. Opinión pública. Sociología. Cultura.

INTRODUÇÃO

Entre 1999 e 2019, 60 escolas da rede estadual de Goiás e ao menos sete escolas municipais¹ foram militarizadas². Sobre tal fenômeno percebemos empiricamente a veiculação de textos em que circulam enunciados da população goiana de apoio à militarização e contrários a ela. Todavia, inferimos que tal adesão passa a ser articulada como uma das alegações dos governos estaduais e municipais para ampliar essa política no estado. Em revisões bibliográficas realizadas nos últimos anos sobre a temática, não encontramos estudos acadêmicos que se propuseram a investigar sistematicamente evidências de posicionamento, se favorável ou não, da população e das comunidades escolares em relação a esse modelo de escola. Tampouco, localizamos estudos que apontem as possíveis relações de chancela através de enunciados de apoio ao projeto e a expansão da militarização.

Nesse sentido, partimos de Bakhtin (1997) para compreender o enunciado como formas empíricas da linguagem em uso, nas diferentes "esferas da atividade humana". A partir dessa premissa, o enunciado tem capacidade de refletir:

1 Conforme levantamento realizado Santos (2020).

2 Termo utilizado por pesquisadores (SANTOS; ALVES, 2022; MENDONÇA, 2019; SANTOS, 2016) para se referir ao processo de transferência de escolas públicas para alguma corporação militar. Nesse processo, após a militarização, a unidade escolar passa a ser administrada por uma corporação militar estadual e a obedecer a regimentos internos formulados pela corporação – na maioria dos casos registrados no Brasil, essa gestão é assumida pela Polícia Militar (PM).

as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 1997, p. 280)

Buscando indícios dessa relação, investigam-se textos jornalísticos em que o processo de militarização é pautado. Inicialmente, abordamos textos veiculados em periódicos, como enquetes e levantamentos, em circulação no estado de Goiás que sistematizassem, de alguma forma, a hipótese de apoio popular à militarização. A partir dessa abordagem, verificamos a possibilidade de análise dos enunciados publicados em textos do jornal goiano “O Popular”. Sistematizamos a busca pela expressão “colégio militar” no buscador do endereço eletrônico do próprio jornal e selecionamos o recorte temporal entre anos 2015 e 2018³, coincidindo com a expansão da rede de escolas militares no Estado (SANTOS; ALVES, 2022).

Selecionamos 50 textos – de diversos gêneros jornalísticos e distribuídos em diferentes seções do periódico – 38 publicados em sua versão impressa e online; localizamos, também, doze textos publicados apenas na versão online. Primeiramente, averiguamos que, dos 50 textos que versam sobre as escolas administradas pela Polícia Militar de Goiás (PMGO), 27 citam direta ou indiretamente enunciados de pessoas, entidades ou agremiações se posicionando em relação à temática; por sua vez, dos doze publicados apenas na versão online, um deles veicula diretamente a opinião de uma prefeita de um município goiano sobre o assunto.

Em um segundo momento, ao analisarmos o material selecionado, registramos oito ocorrências de enunciados relacionados ao tema com manifestações explicitamente contrárias ao processo de militarização⁴. Desse modo, entre 2015 e 2017, um professor do ensino básico; docentes universitários, ligados à formação de professores do ensino básico; familiares de alunos; a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás (SINTEGO); e movimentos sociais contrários à militarização integram textos publicados pelo jornal. Além disso, registramos a opinião da redação do jornal – em editorial, de 26/07/2015 – defendendo que não se militarize de forma “desenfreada” as escolas. (A POLÊMICA..., 2015)

Acerca dos posicionamentos favoráveis, registramos cinco principais ocorrências de enunciados, incluindo uma matéria que veicula a existência de um abaixo-assinado levado a cabo por comerciantes e moradores das imediações do Colégio Lyceu de Goiânia pedindo sua militarização devido à “falta de segurança na região e [a]os casos de furtos e roubo” (FERREIRA, 2017); dois textos em que o ex-superintendente de Ensino Médio de Goiás e, à época, a futura Secretária de Educação de Goiás são citados e se posicionam favoráveis ao projeto de “escola militar em Goiás”, ainda que apresentem ressalvas (PEREIRA, 2015; REDAÇÃO, 2018); e um texto com diversos depoimentos de ex-alunos e familiares de ex-alunos são citados representando elogios ao “modelo de gestão da PM” (ALMEIDA, 2018^a). Sobretudo, os textos em questão lançam mão de atores específicos, que estão direta ou indiretamente ligados à educação básica – ou seja, professores, sindicatos, alunado e seus familiares, e movimentos sociais organizados.

Todavia, além desses resultados, registramos quatro textos, publicados entre 12/11/2017 e 23/11/2018, em que autoridades ligadas ao Comando de Ensino da PM são citados. Nessas amostras, os enunciados desses atores alegam que o projeto é uma reivindicação da “sociedade” ou de “representantes da sociedade”. Muito embora registramos outras declarações de autoridades da PMGO no recorte de dados, desconsideramos aquelas que se limitam a dissertar sobre o papel que a PMGO exerce nessas escolas e a operacionalidade de implementação do projeto e, portanto, não invocam outros atores sociais, ligados ou não à educação. Ademais, reforçando a hipótese de um movimento de chancela, há seis textos, publicados entre 12/11/2017 e 23/12/2018, em que autoridades ligadas ao governo do estado de Goiás

3 A busca inicial resultou em 512 ocorrências. Constatamos, porém, que a ferramenta de pesquisa seleciona resultados com a expressão inteira e com apenas um dos termos. Dessa forma, para o refinamento dos dados, fizemos a leitura dos títulos e primeiros parágrafos de cada texto. Em seguida, catalogamos aqueles que atendiam ao recorte desta pesquisa.

4 Pinheiro (2015a; 2015b), Lima (2015a; 2015b), Lima (2016), Rodrigues (2017a) e Pinheiro e Almeida (2015).

afirmam que a militarização da escola pública representaria uma demanda da população ou de representantes da população.

Sobre esses últimos, selecionamos trechos que exemplificam os movimentos enunciativos que invocam a adesão da população como chancela para a militarização: o governo do estado de Goiás, via assessoria de comunicação, declara que “tem sido, hoje, a principal demanda apresentada *por prefeitos, vereadores e deputados* que representam cidades do interior”; o comandante de ensino da PMGO, por sua vez, vincula a militarização à “*demanda da sociedade*” (RODRIGUES, 2017b, grifo nosso); no mesmo texto, o prefeito de Hidrolândia (GO) e presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) declara, “[corresponde a um] *anseio da sociedade*”; em 2018, o comandante de ensino da PM atribui enfaticamente a militarização de escolas ao “*interesse das cidades*”; aos “*pedidos feitos ao gabinete do ex-governador*”; e pressupõe ter “*apoio da população*” (ALMEIDA, 2018b, grifo nosso).

Além desses dados, registramos 13 cartas de leitores, publicadas entre 07/03/2016 e 29/08/2018, em que diferentes enunciados revelam opiniões diretas sobre a militarização. Sete cartas são de leitores que indicam seu posicionamento contra a militarização; e seis indicam posicionamentos favoráveis. Exporemos de forma pormenorizada os enunciados que indicam o conteúdo dessas opiniões, expressas na seção Carta do Leitor, no Quadro 1⁵.

Quadro 1: Textos da seção Carta do Leitor entre 2015 e 2018

Data	Título	Autor	Trechos selecionados
07/03/16	Colégio Militar	Inácio da Rocha	<i>Não podemos ficar de olhos fechado [sic] e ver o cidadão morrer à míngua na rua, sabendo que existem centenas de profissionais fazendo serviços da Secretaria de Educação, que não é sua atribuição. Pirenópolis - GO</i>
13/11/17	Escolas militares	João Bosco Costa Lima	<i>A conviência do Estado com essa militarização do ensino escancara sua incompetência em lidar com a educação. [...] Engana-se quem acha que a militarização é o caminho para a boa educação. [...] dentre as 100 escolas de Goiás com maiores médias nas provas objetivas do Enem 2015, apenas duas não são particulares. Portanto, a excelência se encontra na rede privada. Com a palavra a Secretaria de Educação Cultura e Esporte de Goiás. João Bosco Costa Lima – Jardim Salvador – Trindade</i>
21/11/17	Educação	João B. C. Lima	<i>Causa preocupação o modismo da militarização dos colégios da rede de ensino estadual. João Bosco Costa Lima – Jardim Salvador – Trindade</i>
29/07/18	Escolas militares	Maria de Lourdes Barbalho	<i>O novo modelo se destaca por impor limites a uma mocidade permissiva, que estava ficando sem regras! Que venham mais escolas militares! Maria de Lourdes Barbalho Setor Oeste – Goiânia</i>
04/08/18	Escola militar: engodo	Vânia Carmem Lima	<i>Como réplica ao discurso de Maria de Lourdes, sobre a escola militar, em carta aqui publicada no dia 29 de julho, falo do lugar de educadora que, como Paulo Freire, concebe a educação como ato capaz de empoderamento reflexivo e libertador. [...] Destituir a escola de sua especificidade, atribuindo-lhe função própria da polícia, é atestar o seu fracasso como instância educadora. Vânia Carmem Lima – Mestre em Linguística, professora adjunto da Universidade Federal de Goiás (Regional Jataí).</i>
06/08/18	Escolas militares	Maria de Lourdes Barbalho	<i>Em contraponto à carta de Vânia Carmem Lima [...] venho reafirmar os valores destas escolas, onde o aluno, além de aprender os conteúdos, aprende também o respeito aos professores, à sociedade e à Pátria. Maria de Lourdes Barbalho – Setor Oeste – Goiânia.</i>
06/08/18	Sem título	Pe. Carlos F. da Silva	<i>Concordo plenamente com a professora [Vânia Carmem Lima] sobre esse engodo e o equívoco que é a escola militar. Pe. Carlos Ferreira da Silva. – Vila Monticelli – Goiânia.</i>

5 Em relação aos autores que assinam as Cartas do Leitor, têm-se uma professora Universitária de Jataí e um Padre, nas outras assinaturas não se registram informações além do nome do leitor.

Data	Título	Autor	Trechos selecionados
07/08/18	Escolas militares	Luiz Carlos Machado	<i>Com referência à carta de uma professora da UFG de Jataí, em que faz críticas às escolas militares, faço os seguintes comentários: as afirmativas que atribuem às escolas militares funções próprias da polícia não se apoiam em nenhuma referência; também parece gratuita a afirmação que elas ensinam a reprodução da repressão; o que é destacado pelas [sic] diretores das escolas é que elas enfatizam valores morais, disciplina e patriotismo. Luiz Carlos Machado – Setor Coimbra – Goiânia.</i>
08/08/18	Discriminação equivocada	João Afonso Berquó Filho	<i>Foi estabelecida aqui uma “batalha” democrática de opiniões a respeito da escola militar [...] A professora universitária se equivoca ao emitir sua assertiva enfática [...]. Enquete entre pais mostram que destacado porcentual das respostas são favoráveis à instituição militar, mostrando grande dificuldade de se conseguir vaga nessas escolas. João Afonso Berquó Filho – Jardim Planalto – Goiânia.</i>
09/08/18	A real função da escola	Vânia Carmem Lima	<i>A desinformação ou falta de formação de algumas pessoas as tornam incapazes de reconhecerem a escola como agência por excelência de letramento. E para isso exige-se que o sujeito ultrapasse o senso comum e possa transitar com autonomia numa sociedade letrada, capaz de ler as linhas e entrelinhas. É lamentável ver pessoas com pensamento tão raso que não concebem a educação como o desenvolvimento das capacidades do sujeito de adquirir novos conhecimentos: de linguagens, de argumentação, de saberes. Depois de ler o texto de Luiz Carlos Machado, aqui publicado, temos a convicção de que precisamos urgentemente resgatar o sentido da escola como instituição capaz da construção do sujeito do conhecimento, que saiba discutir com propriedade e fundamentação, não de forma leviana e sem nenhuma base teórico-prática, como o fez Luiz Carlos, dando prova cabal de ignorância no assunto.</i>
11/08/18	Colégio militares	Luiz C. Machado	<i>Sobre a polêmica do tema “Colégios Militares”, retratada nesta coluna, e em resposta à carta de uma professora publicada na edição de 9 de agosto que me cita nominalmente, usando termos como “pessoa de pensamento tão raso”, “sem nenhuma base teórico-prática”, peço licença para registrar que sou graduado em Engenharia Industrial e Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense. Trabalhei por 27 anos em indústrias de grande porte em São Paulo. [...] Informo que não voltarei a me manifestar sobre o assunto, mas temos que ficar atentos, pois estamos em temporada da desconstrução. Basta ver os debates dos políticos candidatos as próximas eleições.</i>
19/08/18	Escola militar	Leonardo Marques Siqueira	<i>Nos últimos dias acompanhei o debate de alguns leitores sobre o sistema de ensino militar em Goiás. [...] A meu ver, não há razão para a gritaria sobre a implantação das escolas militares, vez que as mesmas não vieram para tomar espaço das escolas de formação civil. Os dois modelos de ensino não são excludentes. Eles se somam. Ademais [...] o que realmente importa é que os alunos apreendam matemática, português, ciências sociais, etc. [...] O resto é discussão acadêmica. Leonardo Marques Siqueira – Centro – Quirinópolis (GO).</i>
29/08/18	Em vez de livros, o revólver	Filadelfo B. de Lima	<i>Não o adjetivo de louco porque, fazendo-o, estaria sendo injusto com os loucos que se martirizaram e se martirizam a favor dos mais sublimes ideais. Os grandes feitos sempre foram gerados na loucura. Ignoro a classificação apropriada ao presidenciável que adota o revólver como símbolo de sua campanha eleitoral, com o agravante de pegar crianças nos braços para estimulá-las a usá-lo. Em vez de livros, cultura, arte, saúde, creche, mesa farta, oportunidade de vida, o revólver. Seu “plano” educacional indica militarização da escola pública no seio da qual não se poderá pensar, analisar, criticar. Será a volta da palmatória, da censura e da decoreba.</i>

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base no arquivo do Jornal O Popular.

Além desse recorte, não encontramos até aqui nenhum tipo de levantamento para quantificar o apoio ao projeto por parte da população. Tampouco as autoridades ouvidas e citadas pelo periódico apresentam qualquer dado objetivo ou fonte onde se possa comprovar, analisar ou quantificar esse suposto apoio da “sociedade”. Todavia, é possível perceber que as opiniões desfavoráveis à militarização são maioria no recorte estabelecido e estão atribuídos a atores específicos, ligados direta ou indiretamente à educação. Por sua vez, os movimentos enunciativos de autoridades da PMGO, veiculados no recorte de análise, contradizem essa percepção e insistem no argumento da adesão social de forma generalizada, denotando constituírem a “opinião pública” sobre o tema.

Para compreender como tais posicionamentos são engendrados e articulados – como alicerces de tal adesão ao processo de militarização –, Bourdieu (2008; 1997), Carvalho (2013) e Aquino (2014) auxiliam na tarefa de discorrer sobre dinâmicas próprias do ambiente escolar. Nas seções seguintes,

apresentam-se possibilidades de compreensão das bases socioculturais que dinamizam os posicionamentos que a “opinião pública” manifesta, além disso descrevemos o lugar social em que se operam os enunciados que defendem a militarização da educação em Goiás.

DE QUE MANEIRAS A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS ARTICULA O RESPALDO SOCIAL?

Apesar de o recorte analisado não nos dar indícios quantitativos de que a população goiana de forma majoritária apoia essa política educacional, não se pode afirmar que essa população e as comunidades escolares rejeitam a militarização das escolas públicas. Cabe assinalar que o quadro de apoio a esse tipo de projeto é bastante condizente com o atual momento político, social e econômico brasileiro e goiano, marcado por uma ascensão do conservadorismo e retrocesso de direitos sociais adquiridos – o que está evidenciado no posicionamento de Filadelfo, dia 29/08/2019. Portanto, cabe analisar como esses enunciados operam e interagem com a realidade concreta.

Constata-se que as afirmações das autoridades da PMGO, sobre o apoio da população a esse tipo de escola estabelecem relações de chancela. Os enunciados, presentes nos textos da PMGO, articulam uma suposta opinião pública, hegemônica e favorável, como alicerce para a militarização das escolas. Todavia, é possível identificar que os enunciados, no recorte de textos do periódico, indicam uma rejeição contundente de algumas comunidades escolares ao projeto militar de educação. Em contrapartida, faz-se importante destacar que a expansão da militarização de escolas públicas em Goiás não poderia ocorrer, obviamente, sem que houvesse condições políticas, sociais e culturais que o permitissem. Tal processo se insere dentro do jogo de forças que regulam o funcionamento das sociedades e percebemos que os enunciados que se expressam no material analisado em relação ao apoio à militarização são partes constitutivas desse jogo de forças.

Para compreender esse quadro é necessário justamente problematizá-lo, buscando, através do que Bourdieu (1997) chama de um “olho sociológico” (p. 694) mapear e analisar o que está por trás de tal opinião. Pensemos inicialmente: caso fosse realizado uma enquete com o objetivo de analisar a opinião pública acerca da militarização da educação, ela não poderia, por exemplo, se limitar a perguntas simplistas, genéricas e limitantes como “você é a favor da criação de escolas militares?”, uma vez que, as respostas a tais questionamentos seriam sustentadas, não só pela aprovação de um modelo militarizado de educação, mas, igualmente, pela negação do modelo de escola pública estadual atual ou pela insatisfação com o funcionamento das escolas públicas conhecidas pelo suposto entrevistado. A circulação desses enunciados, os quais compreendemos como opiniões sobre o tema, envolve sua sistematização nos jornais locais e sua veiculação por agentes sociais que defendem tal processo. Ademais, eles se alicerçam justamente nesse *modus operandi* de análise social viciado, que muitas vezes consegue capturar apenas superficialmente representações sobre o assunto. Para entender de forma não deturpada e, portanto, superficial o suposto apoio à militarização da educação em Goiás é preciso considerar que:

Os fundamentos reais do descontentamento e da insatisfação que assim se exprimem, sob formas desviadas, só podem chegar à consciência, quer dizer, ao discurso explícito, ao preço de um trabalho que vise revelar as coisas enterradas nas pessoas que as vivem e que ao mesmo tempo não as conhecem e, num outro sentido, conhecem-nas melhor do que ninguém. (BOURDIEU, 2008, p. 708)

Faz-se necessário algumas digressões e análises para melhor abordar como a insatisfação, acerca do modelo escolar praticado pelas escolas da rede estadual de Goiás, se relaciona com mecanismos socioculturais que, por sua vez, criam as condições políticas de chancela da militarização da educação pública no estado.

Para responder à pergunta inicial dessa seção, relacionaremos a insatisfação com o modelo escolar antes vigente e a proposta de um modelo novo e apontaremos como essa insatisfação foi capturada de forma oportunista por aqueles que estão levando a cabo a militarização. Para isso, serão abordados – de forma separada, para facilitar a exposição – dois aspectos cruciais, que se mostram carross-chefes na propaganda pela militarização escolar: a questão acerca de melhores condições estruturais e de

recursos humanos oferecidos pelos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG), reverberando na organização escolar como um todo; e a questão da famigerada indisciplina escolar.).

A INSATISFAÇÃO COM O MODELO ESCOLAR PRATICADO PELAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE GOIÁS: SOBRE A INCOMPATIBILIDADE ENTRE EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES.

Desde 1970, o Estado brasileiro vem implementando políticas públicas que visam democratizar⁶ o acesso ao ensino básico (inicialmente por meio da universalização do acesso ao ensino fundamental, cujo ingresso anteriormente se dava através de seleções bastante excludentes). Desde então, as escolas públicas viveram uma crescente massificação de seu público, o que mudou de forma abrupta a relação qualitativa entre docente e discente no interior das Instituições escolares públicas. Os docentes – antes habituados a receber um público mais elitista, selecionado por meio de processos seletivos excludentes – passaram a receber alunos oriundos das camadas mais populares da sociedade brasileira⁷. A escola, no entanto, não passou por reformas estruturais significativas, tampouco o quadro docente recebeu formação específica condizente com a nova realidade desenhada. Por conseguinte, cada vez mais, apareciam no seio das escolas estertores que davam conta de uma incongruência entre o funcionamento burocrático-administrativo escolar tradicional, a cultura escolar e as demandas, e necessidades de subjetivação específicas daquele novo público (AQUINO, 2014).

Concomitante à massificação da escolarização básica, nas últimas décadas, a sociedade passou a elaborar e a difundir inúmeras ideias que colocam os processos educativos como centrais para a “construção de um futuro melhor”, “para o desenvolvimento da nação” e como ponte para uma ascensão social do indivíduo (AQUINO, 2014). É possível inferir sobre a popularização da ideia de que a educação deve ser prioridade em nossa sociedade. Sobretudo, o quadro de transformações anteriormente descrito produz inúmeras pressões, expectativas e demandas às escolas. Segundo Aquino (2014, p. 115):

a contemporaneidade, é certo, tem testemunhado um alargamento progressivo do raio da ação escolar, consubstanciado na multiplicação do rol de incumbências de seus profissionais. Embaladas pelo refrão consensual de que se trataria de preparar o alunado, sempre mais e melhor (quer para o exercício ativo da cidadania, quer para o domínio de habilidades e competências específicas, quer ainda para algum tipo de qualificação, seja propedêutica, seja profissional) para o ingresso em um mundo em franca complexidade, as missões atribuídas à escolarização não ocultam uma ambição ultrarreformista da sociedade, expressa em uma multidimensionalidade de funções reparatórias ou salvacionistas de alguns usos e costumes dos segmentos populacionais sob sua guarda – o que abarcaria indistintamente clientela e agentes escolares.

Como a escola, neste caso especificamente a pública, parece não suprir as demandas da contemporaneidade, os discursos sobre a crise da educação buscam causas ou culpados pelo que chamam de fracasso escolar. As frustrações diante das expectativas auspiciosas em torno da escola provocam na comunidade escolar (alunado, corpo docente, corpo administrativo e família) reações diversas: apatia, inércia política e, igualmente, movimentos conscientes ou inconscientes, sistemáticos ou não, que disputam projetos de escola divergentes, convergentes ou antagônicos⁸.

6 Tal democratização do acesso ao ensino básico, cujo início mais contundente se deu no auge do regime militar, não é sintoma de uma política de democratização do Estado brasileiro. É, na realidade, uma das expressões de adequação às demandas das forças produtivas locais e internacionais que - diante do quadro de desenvolvimento econômico capitalista de então - exigiam do Estado a oferta de uma socialização mais massiva e prolongada, além disso, tal política de universalização do acesso é coerente à imagem de modernização que o regime tentava transmitir à população brasileira e aos organismos internacionais ligados direta ou indiretamente à educação, como a Organização das Nações Unidas etc.

7 Carvalho (2013), no capítulo “Democratização do ensino” revisitado, do livro “Reflexões sobre Educação, Formação e Esfera Pública”, analisa a polêmica que se gestou em torno das políticas públicas de supressão dos exames de seleção para ingresso na segunda fase do Ensino Fundamental em São Paulo. Tal estudo de caso nos serve para refletir sobre a massificação da educação básica enquanto um movimento nacional.

8 Diante desse quadro de insatisfação, Aquino (2014) alerta que a “alegação recorrente de ‘crise’ da educação formal” é fruto também da “exuberância de seus propósitos declarados e de labilidade de sua consecução empírica” (p. 116).

Por um lado, diversas concepções políticas, ideológicas e epistemológicas convergem no entendimento de que a escola deve preparar o estudante para a vida pública, que essa instituição, em linhas gerais, deve ser local privilegiado para uma formação ético-político crítica, e que desenvolva no alunado alteridade, respeito à coletividade e um espírito democrático. No entanto, reconhecem também que levar a cabo esse projeto formativo é uma difícil contenda na contemporaneidade, pois se trata de um desafio “educar para uma formação ética comum em uma ‘sociedade de indivíduos’” (CARVALHO, 2013, p. 44). Por outro lado, percebe-se, nas retóricas políticas e em campanhas publicitárias (especialmente das redes particulares de ensino), um discurso superficial que demanda uma escola mais utilitarista, que seja “mais prática e menos teórica” e que prepare os estudantes para os processos seletivos e para o mercado de trabalho⁹. Apesar da diferença entre os polos que descrevemos acima, em linhas gerais, as duas tendências convergem ao afirmar que a escola tem fracassado nos seus objetivos – embora as visões pragmáticas de educação estejam mais inclinadas a tal discurso.

Apresentado esse quadro geral, de caráter histórico, que desenha a atmosfera de insatisfação em relação ao modelo de escola pública regular por parte da comunidade escolar – que se deve, em síntese, à distância entre o papel que a escola pública consegue desenvolver e a expectativa que a sociedade tem em relação a ela –, cabe apontar também que em Goiás, nos últimos anos, percebe-se um esgotamento, talvez ainda mais agudo, no funcionamento (em sentido mais concreto e ordinário) das escolas públicas da rede estadual.

Para os fins de análise deste trabalho, cabe assinalar que houve um notável enforcamento no financiamento das escolas da rede estadual que tiveram como consequência direta: falta de infraestrutura física mínima para exercer suas funções; insuficiência no número de docentes ou docentes atuando em áreas do saber distintas das de sua formação acadêmica. Ou seja, fatores que contribuem com quadros de apatia e desinteresse do alunado pela escola, que, por sua vez, alimenta insatisfações de toda comunidade escolar.

Diante do exposto, a emergência do surgimento de um modelo escolar diferente, combinado à autopromoção de seus resultados práticos – em detrimento da formação crítica – têm, obviamente, potencial sedutor considerável. Além disso, enquanto as escolas regulares sofrem com a retirada progressiva de financiamento, as escolas militarizadas passam a receber verbas significativas (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018). Esses dados são suficientes para inferir que, justamente ao contrário do que o Governo de Goiás, sua Secretaria de Educação e a PMGO disseram, à época, nos meios de comunicação analisados¹⁰, a militarização é um projeto político gestado, operado e incentivado pelo próprio governo. Assim, conforme se demonstra, a militarização não corresponde a um mero simples atendimento de uma demanda da população, que se inclinaria ao modelo de escola da PMGO de forma natural, espontânea e generalizada.

SOBRE A PROBLEMÁTICA “INDISCIPLINA ESCOLAR”

A problemática em torno da chamada indisciplina escolar merece, igualmente, atenção pormenorizada para abordarmos a insatisfação com o modelo escolar praticado pelas escolas da rede estadual de Goiás, sobretudo quando escolas militarizadas prometem resolvê-la. Aquino (2014) alerta que

9 Esta análise que se faz aqui, aparentemente dicotômica, pretende apresentar em linhas gerais os polos de contradição nos quais poderiam se aglutinar as ideias sobre o papel da Escola. Tal análise nos serve, neste contexto, para propor uma reflexão sobre os discursos que poderiam cancelar a militarização de Escolas públicas em Goiás. Obviamente, uma análise mais pormenorizada, não simplificaria em dois polos as disputas de concepção de educação. Cabe ressaltar também que os conceitos de “formação ético-político crítica”, “alteridade”, “respeito à coletividade” e “espírito democrático” são entendidos de forma distinta dependendo das correntes filosóficas nas quais eles são usados.

10 Apesar de todas as falas das autoridades do executivo goiano que elencamos neste trabalho alegarem que a militarização é reivindicação da população, o então governador Marconi Perillo – cujas gestões foram responsáveis pela condução do processo mais agudo de militarização de escolas em Goiás –, em evento empresarial que aconteceu em 17/11/2015 em Salvador, admitiu que militariza escolas para promover perseguição política: “Fui num evento e tinha um grupo de professores radicais da extrema esquerda me xingando. Eu disse: tenho um remédio pra vocês. Colégio Militar e Organização Social. Identifiquei as oito escolas desses professores. Preparei um projeto de lei e em seguida militarizei essas oito escolas. O Brasil está precisando de ‘nego’ que tenha coragem de enfrentar” (PULCINELLI, 2015). Tais falas foram amplamente divulgadas pela imprensa escrita goiana na época.

os discursos, versando sobre tal contenda, muitas vezes, criam representações imprecisas da realidade, o que ofusca ou superdimensiona o fenômeno e que podem converter a referida violência

[...] em uma espécie de crença social generalizada – crença porque sua força performativa consiste em amalgamar significados múltiplos e potencialmente distintos de uma mesma experiência para todos os que estão nela envolvidos. Uma experiência nuançada e, ao mesmo tempo, convertida em uma imagem dominante, senão exclusiva (AQUINO, 2014, p. 92).

No entanto, é inegável que os enunciados sobre a indisciplina evidenciam o problema do agravante enforcamento no funcionamento das escolas públicas estaduais goianas. Dessa forma, neste trabalho, analisa-se a questão da disciplina sob duas facetas interligadas: 1) as manifestações concretas de estertores que atrapalham ou impedem o funcionamento das atividades pedagógicas (sem se perder de vista a totalidade do fenômeno envolvendo as escolas estaduais goianas); e 2) o superdimensionamento das questões disciplinares que leva, por sua vez, à tomada de decisões pedagógicas equivocadas. Essas facetas, ainda que distintas, constituem uma unidade que participa da dinamização dos processos escolares.

Também nesse contexto, a proposta de disciplinamento militar se arvora advogando que, uma das razões da suposta falta de disciplina nas escolas convencionais seria um excesso de permissividade no fazer pedagógico e na gestão escolar, entendidos muitas vezes de forma superficial como um “excesso de democracia” – evidenciado em termos, como “mocracia permissiva” na carta do leitor, no dia 29/07/2018. No entanto, não é possível afirmar que a escola brasileira (especificamente as escolas públicas goianas) viveu, em algum momento de sua história, regimes verdadeiramente democráticos ou que os dispositivos legais que prescrevem a implantação de gestões democráticas foram aplicados de forma adequada. Para Carvalho (2013):

[...] identificar a “democratização da educação” com a mera implantação de métodos pedagógicos e ritos de escolha como assembleias e eleições, supostamente capazes de cultivar a liberdade do educando, tem resultado no empobrecimento tanto das discussões acerca do conceito de democracia como das que examinam seu vínculo com as práticas educacionais. Seja qual for o valor educativo dessas práticas, dentro da escola, elas nunca serão mais que um simulacro de democracia [...] no qual a liberdade interna da vontade individual é confundida com a liberdade como fenômeno político e a questão crucial da democratização do acesso a um patrimônio cultural público fica obscurecida pelo ideal de relações interpessoais supostamente “democráticas” porque alegadamente “igualitárias”. (CARVALHO, 2013, p. 63)

Por isso, constata-se que a opinião pública, identificada anteriormente, é usada para inflar a defesa da militarização da educação goiana, atribuindo o insucesso da aplicação mecânica, ou mesmo fajuta, de preceitos e fazeres pedagógicos pretensamente democráticos. A opinião pública, para se opor a um sistema inoperante, parece estar inclinada, inclusive, a aprovar medidas flagrantemente autoritárias, próprias do *modus operandi* militar – identificadas, por exemplo, nos excertos das cartas do leitor, dos dias 19/08/18, “o resto é discussão acadêmica” e 07/08/2018, em que o autor exalta “valores morais, disciplina e patriotismo”. Observe-se que a proposta de disciplinamento militar emerge nesse cenário de forma bastante oportuna e, sobretudo oportunista, o que coaduna com os enunciados apresentados no Quadro 1.

Sobre o apoio a políticas que atentam contra os interesses daqueles que, justamente, a apoiam, Bourdieu (2008) assevera que as análises sociológicas devem:

[...] evidentemente remontar aos verdadeiros determinantes econômicos e sociais dos inumeráveis atentados contra a liberdade das pessoas, contra a sua legítima aspiração à felicidade e à auto-realização, que hoje exercem não somente as leis impiedosas do mercado de trabalho ou de moradia, mas também os veredictos do mercado escolar, ou as sanções abertas ou as agressões insidiosas da vida profissional. Para isso é preciso atravessar a tela das projeções geralmente absurdas, às vezes odiosas, atrás das quais o mal-estar ou o sofrimento se escondem tanto quanto se expressam. (p. 735)

A “OPINIÃO PÚBLICA” COMO INSTRUMENTO DE CHANCELA DA MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

Percebe-se, por fim, que os motivos que levam à insatisfação da comunidade escolar com o modelo de escola regular da rede estadual de educação de Goiás podem ser separados em dois eixos. O primeiro é de ordem pragmática: as escolas militarizadas gozam de maior estrutura, mais recursos humanos, espaços físicos mais compatíveis às necessidades escolares (FERREIRA, 2018; ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018). O segundo, ainda que incida sobre questões de ordem moral, também se liga aos anseios pragmáticos, pois acredita-se que o disciplinamento influencia diretamente no rendimento escolar dos alunos. Percebe-se que se trata, em alguma medida, de formulações advindas de anseios relacionados a possibilidades de ascensão social através do sucesso escolar, por isso emerge-se a urgência pragmática e escamoteia-se as preocupações formativas relacionadas a processos reflexivos e de ordem filosófica. Sobre isso, cabe registrar aqui a fala da subdiretora do comando de ensino da Polícia Militar, tenente-coronel Rosângela Pereira de Moraes, concedida em entrevista ao Jornal Opção no dia 25/07/2015. Ao ser perguntada sobre como os CPMG trabalham a questão da formação crítica dos seus alunos, ela responde:

A questão crítica é trabalhada de modo muito transparente. O contexto histórico é ensinado de forma objetiva e transparente e não de maneira filosófica. Não podemos trabalhar o contexto histórico de forma filosófica, pois, assim, estaríamos ensinando a nossa ideologia. E isso é que nós não concordamos. O aluno é que precisa tirar as suas conclusões. Os nossos alunos são muito críticos e têm ocupado cargos importantes na sociedade. Tivemos um aluno, por exemplo, que defendeu um projeto seu no Senado, em 2012. Foi convidado para estar lá. Isso mostra que nossos alunos são levados a pensar, discutir e verbalizar. Não são alunos alienados. Muito ao contrário, são alunos impulsionados a participar de debates para se prepararem para o mundo. São pegos de surpresa, por exemplo, em sala de aula para trazer uma pauta e discuti-la. São alunos que leem obrigatoriamente um livro por mês; livros que as universidades cobram em seus vestibulares. Se os alunos não conseguem comprar, a biblioteca compra e empresta esses livros a eles. Pessoas que leem tanto não podem ser alienadas. (GOUVEIA, 2015 – grifos nossos)

Tendo mapeado e analisado possíveis motivos que sustentam posicionamentos da opinião pública favoráveis ao projeto de militarização da educação em Goiás, cabe analisar de que maneira ela se constitui. Com base nas análises, percebe-se que a opinião pública construída pelos enunciados, estando a favor da militarização da educação pública em Goiás, capturam e sistematizam, superficialmente, os anseios da sociedade goiana (especialmente das comunidades escolares) e, sobretudo, lançam mão da ocultação dos mecanismos políticos que subjazem as problemáticas reais da educação. Ao final desse ciclo, emergem, com aparente hegemonia, as facetas de demonstração de apoio à militarização, conseguindo mobilizar forças sociais para defender que profissionais e a instituição da Polícia Militar que, sem devida formação na e para a educação e cujo desenho institucional não se projeta para fins educacionais, se imiscua no campo da educação básica.

Baseando-se em Marx e Engels (1974), podemos afirmar que tal quadro político expressa as condições históricas dadas, ou seja, as condições históricas que vivemos na contemporaneidade no estado de Goiás. Em relação à conformação expressa pela opinião pública, para esses autores, a assimilação dos ideais e propostas políticas das classes dominantes por parte das classes dominadas faz parte da dinâmica de funcionamento das sociedades burguesas. Para a teoria marxista, a garantia da ordem política (o status quo) passa pela articulação e pelo funcionamento, minimamente estável, da “estrutura” e da “superestrutura”. A “estrutura” é a organização econômica da produção e do trabalho; a “superestrutura” é o ordenamento ideológico da produção não material – elas mantêm entre si relação de interdependência. Dessa forma, desde um ponto de vista marxiano, podemos visualizar os jogos de poder envolvendo procedimentos de convencimento quanto à militarização das escolas públicas em Goiás como parte do funcionamento regular desse mecanismo descrito por Marx e Engels.

Bourdieu (2008) consegue, por sua vez, a partir de outro prisma epistemológico, mirar de forma mais verticalizada para essas engrenagens sociais e para o papel desempenhado por determinados agentes sociais¹¹:

Os agentes sociais não têm a ciência infusa do que eles são e do que eles fazem; mais precisamente, eles não têm necessariamente acesso ao princípio de seu descontentamento ou de seu mal-estar e as declarações mais espontâneas podem, sem nenhuma intenção de dissimulação exprimir uma coisa bem diferente do que eles dizem na aparência. (p. 707-708)

Se aprofundamos essa discussão, problematizaremos a legitimidade, desde o ponto de vista da democracia, do uso da opinião pública – enquanto enunciados que expressam, superficialmente, representações de dinâmicas da estrutura e da superestrutura – como escusa para a intensa implementação da política de militarização da educação em Goiás, uma vez que, os atores sociais, que têm sido usados em mecanismos enunciativos nos veículos sociais para se chancelar a militarização, muitas vezes, desconhecem os princípios de seus posicionamentos.

O LOCAL DE FORMULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA ACERCA DA MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

Percebe-se que os enunciados que versam sobre o apoio da população ao projeto de militarização de escolas públicas goianas, manifestados nos textos que selecionamos para esta pesquisa, estabelecem laços, a partir de sua insatisfação com o atual quadro das escolas públicas do estado, com reais anseios dessa população. A defesa da militarização da educação pública em Goiás se apoia em apelos, reivindicações e crenças da comunidade escolar (sobretudo dos pais e familiares dos alunos). No entanto, esse conjunto de ideias, que se inclina a apoiar a militarização da educação, não pode ser entendido como uma defesa engendrada pela própria comunidade escolar, tampouco constituída a partir de suas demandas política e socialmente localizadas, conforme procuramos demonstrar acima.

Observemos como os sites oficiais da PMGO e dos CEPMG apresentam enunciados que versam sobre a expansão e consolidação de unidades escolas sobre sua alçada administrativa. Neles, a expansão da rede CEPMG se deve à demanda da população civil que, por sua vez, reconheceria o bom trabalho desempenhado pela PMGO na gestão e formulação de políticas escolares. No entanto, percebe-se, ao longo da história de expansão dos CEPMG, que a PMGO não mediu esforços para consolidar um campo de atuação na educação e que, constantemente, para se identificar através de uma imagem positiva sobre seus colégios.

Concernente a essa lógica de demanda externa ou de solicitação da sociedade goiana, segundo a PMGO:

No ano 2000, em virtude da necessidade de atender a demanda, a administração e parte do corpo discente e docente mudaram para as instalações do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, que foi cedido pelo Governo do Estado para implantação de uma nova unidade sob a administração militar. A Secretaria de Educação entregou a direção do Colégio Estadual “Hugo de Carvalho Ramos” para a PMGO com mais de 1700 alunos matriculados, o Colégio Militar, com a nova estrutura, colocou à disposição da comunidade mais de 455 vagas. (HISTÓRICO, [200?])

Além de enfatizar que a PMGO atendeu a demandas, que a “Secretaria de Educação *entregou* a direção do Colégio para a PMGO” (grifo nosso) – o que revela respectivamente a aprovação de um modelo de ensino e a assunção de uma “missão” dada à PMGO –, percebe-se, também, que o enunciado se esforça por não transparecer qualquer violência decorrente da militarização daquela unidade escolar, uma vez que o Colégio Hugo de Carvalho Ramos ganhou “nova estrutura” e a PMGO “colocou à disposição da comunidade mais de 455 vagas”.

11 Nesse texto, Bourdieu tece críticas sobre metodologias inadequadas nas ciências sociais. Esses “agentes sociais” deve ser entendido como “cidadãos comuns”, objetos de pesquisas de cientistas sociais.

Tais excertos de declarações da PMGO inscrevem a postura dessa Instituição no quadro descrito por Bourdieu:

[...] todo exercício da força é acompanhado de um discurso que visa legitimar a força de quem o exerce; se pode mesmo dizer que é concernente a toda relação de força, somente ter toda a sua força à medida que se dissimula como tal. (BOURDIEU, 1984, p. 224, tradução nossa)¹²

Ou seja, a própria PMGO atua como agente social que busca construir discursos que dissimulam sua posição hierarquicamente dominante nesse cenário de militarização das escolas. Ao mesmo tempo, tenta veicular textos, articulando enunciados, em que se identifica como politicamente neutra¹³.

Depreende-se que o contexto apresentado e descrito nos subitens anteriores constitui um bojo cultural que concatena, de forma bastante oportuna, um projeto político educacional que não é um projeto das classes e grupos que ora parecem defendê-lo. No entanto, isso ocorre por meio de mecanismos socioculturais sutis e subterrâneos que operam no interior das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das páginas anteriores, tentamos descrever de forma mais minuciosa alguns mecanismos socioculturais que operam a chamada “opinião pública” goiana em relação à militarização das escolas públicas da rede estadual, tendo como base de análise empírica um corpus de enunciados previamente selecionado.

Conforme demonstrado, verificou-se que há um projeto político de educação operado por setores dominantes da sociedade goiana (manifesta em fontes analisadas por representantes das CEPMG) e que tal projeto emerge e é levado a cabo pela estratégia que chancela a militarização através da captura da opinião pública. No entanto, apoiando-se nos aportes teóricos de Bourdieu, Engels e Marx, ao se dissecar a forma como se operam tais mecanismos e os elementos socioculturais que os alimentam, fica demonstrada sua fragilidade enquanto projeto reivindicado pela comunidade escolar (conforme procura defender a PMGO).

Cabe ressaltar que não foi possível aprofundar reflexões sobre aspectos históricos que alocariam a analisada “opinião pública” goiana em um espectro político aparentemente conservador, no entanto, centrou-se em abordar os aspectos socioculturais relacionados a tais posicionamentos. Certamente trabalhos com metodologias e recortes distintos que, igualmente, abordassem outros aspectos da relação entre a opinião pública e a militarização de escolas em Goiás, poderiam chegar a conclusões mais cirúrgicas e específicas.

REFERÊNCIAS

A POLÊMICA do ensino militar. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015. 26 jul. 2015. Redação. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/opiniao/editorial-1.145048/a-polêmica-do-ensino-militar-1.907664>. Acesso em: 25 nov. 2022.

12 No original: “[...] tout exerce de la force s’accompagne d’un discours visant à légitimer la force de celui qui l’exerce ; on peut même dire que le propre de tout rapport de force, c’est de n’avoir toute sa force que dans la mesure où il se dissimule como tel.” (BOURDIEU, 1984, p. 224)

13 No entanto, é possível perceber no site oficial do CEPMG, em sua seção História, que há uma preocupação em responder aos posicionamentos contra hegemônicos, certamente visando controlar seu crescimento. Alguns exemplos ilustrativos: Sobre a sua rede de Colégios Militares eles afirmam: “As novas Unidades de ensino, quando da cessão de escolas anteriormente existentes, absorvem todos os alunos e servidores [...]” (percebe-se a tentativa de se responder às críticas relacionadas à exclusão escolar nas escolas militarizadas); “[...] os Colégios Estaduais da Polícia Militar vêm realizando profundas transformações no campo educacional, se destacando como uma das escolas mais progressistas e democráticas do Estado de Goiás, tanto pela qualidade de ensino, como pela gestão participativa da comunidade escolar” (reafirmando o discurso da qualidade e respondendo às críticas que alocam a escola no campo conservador e antidemocrático).

ALMEIDA, Carol. Comando da PM admite que número de escolas militares é o ideal para o Estado. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2018a. 22, nov., 2018a. Cidades. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/comando-da-pm-admite-que-n%C3%BAmero-de-escolas-militares-%C3%A9-o-ideal-para-o-estado-1.1668726>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ALMEIDA, Carol. Em quatro meses, 11 unidades. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2018b. 04, maio, 2018. Cidades. p. 14.

ALVES, Miriam F.; TOSCHI, Mirza S.; FERREIRA, Neusa S. R. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 271–288, 2018. DOI: 10.22420/rde.v12i23.865. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865>. Acesso em: 15 nov. 2022.

AQUINO, Júlio. *Da autoridade pedagógica à amizade intelectual: uma plataforma para o étbos docente*. São Paulo: Cortez, 2014.

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In.: BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A miséria do mundo*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 693-732.

BOURDIEU, Pierre. L'opinion publique n'existe pas. In.: BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Les éditions de minuit, 1984, p. 222-235.

CARVALHO, José S. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013.

FERREIRA, Clenon. Lyceu completa 80 anos de história em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2017. 03, dez., 2017. Seção Magazine. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/magazine/lyceu-completa-80-anos-de-hist%C3%B3ria-em-goi%C3%A2nia-1.1407898>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. *“Gestão militar” da escola pública em Goiás: Um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Educação, 2018.

GOUVEIA, Marcelo. Colégios militares: uns querem, outros não. Entenda os porquês. *Jornal Opção*, Goiânia, 2015. 25, jul., 2015. Reportagem. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

HISTÓRICO. Portal CEPMG – Polícia Militar Do Estado De Goiás. Goiânia, [200?]. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/historico/>. Acesso em 11 de março de 2019.

LIMA, Bia de. Uma escola melhor surge do debate. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2016, 05, fev., 2016. Seção Opinião. p. 7. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/opiniao/opini%C3%A3o-1.146392/uma-escola-melhor-surge-do-debate-1.1033448>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LIMA, Cristiane. Mudanças começam em agosto. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015a, 25, jul., 2015a, Cidades. p. 8 Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/mudan%C3%A7as-come%C3%A7am-em-agosto-1.906987>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LIMA, Cristiane. Protesto contra modelo reúne 70 pessoas. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015b, 25, jul., 2015, p. 8 Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/protesto-contramodelo-re%C3%BAne-70-pessoas-1.906990>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. 4 ed. Lisboa: Estampa, 1974.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 594, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96052. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/96052>. Acesso em: 27 out. 2022.

PEREIRA, Fernando. Educação: mudar para quê? *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015. 11, dez., 2015. Seção Opinião. p. 7. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/opinio/opini%C3%A3o-1.146392/educa%C3%A7%C3%A3o-mudar-para-qu%C3%AA-1.1004038>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PINHEIRO, Almeida; ALMEIDA; Cleomar. Mudanças começam hoje. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015, 04, ago., 2015. Reportagem. p. 4. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/mudan%C3%A7as-come%C3%A7am-hoje-1.914176>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PINHEIRO, Eduardo. Oito novas escolas militares. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015a, 27, jun., 2015. Cidades. p. 4 Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/oito-novas-escolas-militares-1.885456>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PINHEIRO, Eduardo. Professor cita falta de inclusão. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015b, 27, jun., 2015. Cidades. p. 4 Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/professor-cita-falta-de-inclus%C3%A3o-1.885447>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PULCINELI, Fabiana. Marconi diz ser contra estabilidade do servidor público. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2015, 26, nov., 2015. Política. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/blog-fabiana-pulcineli/fabiana-pulcineli-1.526/marconi-diz-ser-contrastabilidade-do-servidor-p%C3%BAblico-1.995673>. Acesso em: 11 de março de 2019.

REDAÇÃO. Bela Vista terá Colégio Militar. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2018. 25, abr., 2018. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/bela-vista-de-goi%C3%A1s-ter%C3%A1-col%C3%A9gio-militar-1.1513139>. Acesso em: 25 nov. 2022.

RODRIGUES, Galtieri. Colégios militares se multiplicam em Goiás. *Jornal O Popular*. Goiânia, 2017a. 12, nov., 2017b. Cidades. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/col%C3%A9gios-militares-se-multiplicam-em-goi%C3%A1s-1.1391454>. Acesso em: 25 nov. 2022.

RODRIGUES, Galtieri. Em plena expansão. *Jornal O Popular*, Goiânia, 2017, 12, nov., 2017b. Vida Urbana. p. 14-15.

SANTOS, E. J. F. *Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências*. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11015>. Acesso em: 27 out. 2022.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, p. e09144, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/9144>. Acesso em: 27 out. 2022.

SANTOS, Rafael José da Costa. *A militarização da Escola pública em Goiás*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, 2016.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS (especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CREDIT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI) Exemplos abaixo:

Autora 1 – Autor do projeto de pesquisa, coleta e análise inicial dos dados, escrita do texto e revisão final.

Autor 2 – Conferência dos dados coletados, análise dos dados, escrita do texto e revisão final.

Autor 3 – Conferência dos dados coletados, análise dos dados, escrita do texto e revisão final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.